

#### 4.

### Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim...

Ainda que meu canto de tristeza não seja ouvido...  
Que minha homossexualidade seja pecaminosa e perseguida...  
Que meu corpo não seja meu...  
Que me paguem menos que aos homens...  
(...) Ainda assim eu resisto!  
Eugenia Corazon, **O dia amargo de mulher**, 2000.

Esse capítulo começa com as narrativas das experiências de racismo e lesbofobia vividas pelas entrevistadas. Aqui elas começam a relatar os efeitos da violência expressa através do racismo, da lesbofobia, do preconceito, da discriminação.

“Não me olhe como se a polícia andasse atrás de mim” tem a intenção de trazer a realidade de mulheres, cujas identidades são questionadas e apontadas como “errada”. É um movimento de perseguição ainda que muitas vezes silencioso que vai demarcar o lugar, o comportamento, a punição por ser negra e lésbica.

A religião ganha uma abordagem pelo referencial que as entrevistadas trazem a partir do seu encontro com as religiões de matrizes africanas e as relações com outros credos. A busca de um espaço de aceitação para viver tranquilamente com o sagrado é o que fundamenta essa discussão.

A partir dessas contribuições, serão apresentadas algumas pistas deixadas pelas entrevistadas para se pensar as ferramentas que podem assessorar o árduo trabalho de revelar o “cumpra-se” das leis diante da violência, da invisibilidade e da discriminação.

#### 4.1. Lesbofobia e racismo: o outro lado da história

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar  
(Nelson Mandela).

Relatar nossas experiências é como escrever um diário falado ao invés de escrito. É um arrombar permitido das nossas intimidades, de nossos temores, de nossas ausências e até mesmo de violências tão sutis que nem percebemos ser “tão violentas”. As marcas aparecem com o tempo. Solidifica-se no dia-a-dia, mesmo que as páginas sejam viradas e novas experiências construídas.

Ninguém gosta de ser alvo de discriminações e muito menos compartilhar esses episódios algumas vezes, pois nesse momento parece que o tempo deu meia volta e chegou lá na infância, lá na adolescência, lá na vida adulta ou até mesmo naquele dia da semana passada: “A exclusão é no dia a dia, no seu convívio... É como se todos os dias precisássemos estar prontas para o combate!” (Azaracá, 25/10/2010).

Nas palavras de Minayo (2006, p. 2005) a comunicação verbal é o meio pelo qual as pessoas refletem e refratam conflitos e contradições próprias dos sistemas sociais e políticos e como as formas de dominação e de submissão estão relacionadas na vida cotidiana.

“Ser negra/o está na pele, ser lésbica você pode esconder ou não.” Ao ouvir essa frase de uma das entrevistadas fiquei pensando quantas estratégias uma pessoa precisa inventar e reinventar no dia a dia para driblar muitas vezes o preconceito e a discriminação. Se a negritude está estampada na pele, quanto de esforço uma pessoa negra faz para atenuar as situações de racismo? Se for lésbica, quantas experiências não compartilhadas, quantos amores silenciados e inventados? Ainda que o verbo “precisar” apareça nesse contexto como uma forma de minimizar situações, poderíamos argumentar pelo viés dos direitos, do livre arbítrio ou do ignorar, mas a lógica perversa do racismo, da lesbofobia, do machismo, da misoginia entre outros, lança um olhar inquisidor como “se a polícia – aparelho orgânico-social da ordem e repressão – andasse atrás de todos/as que fugissem do campo normativo e regulador das relações humanas.

No ultimo dia 11 de novembro de 2010 foi divulgado um mapa do Dia do Combate à homofobia, lesbofobia, transfobia no Brasil a partir de dados apresentados pela ABGLT e por pesquisadores e outras instituições de todo país (Ver: Anexo II – Mapa da homofobia no Brasil, p.133). Assim como o racismo faz suas vítimas, o ódio por práticas e pessoas que vivem uma orientação sexual e/ou expressões de gênero diferenciadas da heteronormatividade são alvos constantes das mais cruéis formas de punição.

Na África do Sul, por exemplo, a lesbianidade é abominada e, com isso, as práticas constantes de estupro corretivo<sup>31</sup> ficam no campo da impunidade. No caso das mulheres, segundo notificações, um quarto delas já foram estupradas antes de completar 16 anos de idade. Essa situação tem em suas raízes: o machismo, a pobreza, as ocupações massificadas, o desemprego, os homens marginalizados, a indiferença da comunidade. Na África do Sul, uma menina tem mais chances de ser estuprada do que de aprender a ler.

No Brasil, a cada dois dias, um homossexual é assassinado. Apesar dos dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apresentarem uma estatística bastante expressiva, ainda existe uma grande barreira para esse tipo de denúncia, o que nos leva a questionar os números invisíveis da violência. Ao se tratar de lesbofobia, sua ação muitas vezes ocorre dentro da própria casa e com familiares próximos.

As informações e percepções trazidas pelas quatro entrevistadas nos ajudam a compreender os mecanismos muitas vezes sutis que a lesbofobia engendra. Durante o processo de observação do campo que fiz em locais frequentados por lésbicas e gays, a imagem que tinha era de que a violência entre os gays parecia mais grave, pois eles “davam mais pinta”<sup>32</sup> que as mulheres e que, de acordo com o senso comum, suas condutas se tornavam uma agressão para o grupo masculino. No caso das mulheres, há um certo fetiche sexual masculino relacionado às práticas sexuais entre elas, gerador de maior tolerância masculina, contanto que isso seja apenas uma prática eventual e não uma relação estável sem a presença do homem.

Direcionar o debate para o campo do racismo ou da lesbofobia seria direcioná-lo para dois territórios delicados e significativos por agregar à mulher a discriminação de gênero e a especificidade da raça e da orientação sexual. O que podemos perceber é que, em alguns momentos, a questão racial

---

<sup>31</sup> Prática homofóbica, segundo a qual um ou mais homens estupram mulheres lésbicas ou que parecem ser, supostamente como forma de "curar" a mulher de sua orientação sexual.

<sup>32</sup> Gíria muito usada para sinalizar comportamentos e que identifica um/a homossexual.

ganhará uma evidência sobre a orientação sexual e, em outras situações, ocorrerá o inverso. Nessa perspectiva, Nascimento (2003, p.68) cita:

Estabelecido o modelo do universal humano como masculino e branco, à medida que uma identidade se “desvia” desse padrão distancia-se da condição humana. Desse modo, o racismo e o patriarcalismo se cruzam numa dinâmica de interação e dependência mútua na desumanização desses grupos subordinados. As formas patriarcal e racista de dominação estão estreitamente interligadas.

Em direção semelhante em torno do racismo e da lesbofobia Ilnar diz:

Raro o dia que eu não tenha passado uma situação de racismo, até porque além da minha pele negra eu sou rasta, meu cabelo é rasta... isso também desperta dentro das pessoas o preconceito. Você passa num canto, as pessoas já se previnem de você. É na sua vizinhança, é no seu próprio trabalho, é quando você em algum espaço (seja político ou não), você se apresenta como lésbica... Como negra não é necessário porque tá na pele, aí você sabe como isso se modifica. Questões de racismo e lesbofobia são no cotidiano (Ilnar, 25/10/2010).

Goffman (1988) buscou chamar de estigma um atributo entendido como negativo e que por sua vez em virtude da sua diferença é entendido como negativamente valorado na sociedade. O autor argumenta que o indivíduo estigmatizado, é visto, assim como uma “pessoa indesejável”. Embora Goffman, não amplie a discussão de estigma pelo viés das relações de poder e dominação, fica subentendido que o estigma está relacionado ao preconceito e a discriminação como mecanismos de controle usados por indivíduos, grupos e/ou pelo Estado a fim de produzir e reproduzir desigualdades sociais.

A partir do seu cotidiano cotidiano, Neusa relata como precisou driblar as inconvenientes situações frente à sua lesbianidade:

Eu passei há alguns anos atrás situações de discriminação em dois lugares onde morei no subúrbio, daí minha opção foi morar na Zona Sul. No subúrbio foi bem complicado, pois os caras chamavam de sapatão, ficavam cantando...Sabe aqueles homens que ficam fazendo churrasco na esquina? Aí não dá pra criar filho, não dá pra fazer nada... fui embora! Foi chato, foi enjoado, mas não foi nada de agressão física (Neusa de Xangô, 25/10/2010).

Relatando sobre o racismo e a lesbofobia, Dandalunda diz lembrar apenas de um episódio ocorrido num estabelecimento de ensino quando era a única professora negra do local, o que ocasionou sua saída. Por outro lado, não mencionou nenhuma experiência parecida pelo fato de ser lésbica. Aprofundando mais nessas duas questões procurei compreender como ela via a interseccionalidade de sua condição:

Não é fácil não! Você está na pirâmide, né? É mulher, você tá ferrada. Aí você é negra... hum, piorou mais um pouquinho. Aí você é lésbica, piorou um pouco mais e, se você for pobre e não é só isso porque ser mulher e negra está na cara, ser lésbica você ainda pode camuflar, a não ser que você seja aquela estereotipada mesmo que coça o saco e cospe no chão... Mas, se você não for, ou for o meio termo, as pessoas podem até pensar, mas vão ficar na dúvida, a não ser se você disser. E, você ser pobre também, pode camuflar. Agora, ser mulher e ser negra, não. Tá ali estampado, carimbado, não tem jeito! Então quando você congrega tudo isso... A gente vive num país que é preconceituoso, muito preconceituoso. As pessoas dizem que não, mas é mentira, é um preconceito velado “ah, mulher negra serve pra ser empregada doméstica”, “mulher negra serve pra fazer papel de escrava na novela”. Quando não tem papel de escrava, ela vai ser a empregada, a faxineira. Quando você congrega ser mulher, ser negra e ser lésbica, aí você tem que andar olhando para os lados porque você pode sofrer uma agressão por isso sim. Não é fácil! Ainda é uma realidade o preconceito no Brasil (Dandalunda, 09/09/2010).

A fala da entrevistada sinaliza o medo da agressão física quando os sinais que marcam as diferenças apontam para uma intolerância e não podem ser ‘disfarçadas’. Brah (2006) analisa de forma diferenciada porque acena para a concomitância, as interconexões entre o racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador da diferença e sublinha a importância de vê-las numa perspectiva de macroanálise. Isso significa dizer que todas estão interligadas, mas de formas diferenciadas para cada sujeito. A autora não desassocia as relações patriarcais que colocam as mulheres numa posição de subordinação.

Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela (Brah, 2006, p. 351).

Neusa de Xangô lançando-se mesma questão se aproxima do pensamento de Brah ao narrar que a subjetividade e o contexto ao qual a pessoa está inserida têm impactos diferenciados sobre a tríade gênero, raça e orientação sexual:

Eu sou privilegiada e aí não é fácil responder essa pergunta não... eu estou dentro de um contexto privilegiado. Eu ganhei prêmio por ser mulher negra, mulher guerreira, filha de Zumbi, por ser lésbica, por trabalhar com Aids, prêmio em Direitos Humanos por trabalhar com mulher presa.. Então, eu me considero assim bastante privilegiada... Eu vivo num ambiente privilegiado, justamente porque fiz minha autonomia muito cedo. Eu me formei professora cedo, comecei a ganhar meu dinheiro cedo, trabalhei muito, ralei muito... mas eu diria que ser lésbica negra em outros contextos continua complicado. Nós temos casos de meninas que são assassinadas, temos casos de meninas que sofrem estupro corretivo, temos casos dessas mulheres que são presas e são lésbicas e não podem receber visita, sua namorada não pode tirar carteira para ir visitá-la e aí só tem direito à família e a namorada não é da família. São coisas que são puramente preconceito, tirando os 78 direitos legais. Mas a gente continua morrendo, continua sofrendo iniquidades (Neusa de Xangô, 25/10/2010).

Uma das funções do preconceito é não permitir que a discriminação seja entendida como mecanismo da injustiça e que o direito social não é acessado como um não-direito ou um direito subalterno. O processo de consciência crítica e autonomia identitária configura um outro lugar em ser lésbica negra:

Ser lésbica negra militante é uma coisa, ser lésbica negra não militante é outra. Ser militante você está acima do bem e do mal, você pode quase tudo e acha que pode tudo... porque em alguns momentos a militância nos empodera de uma tal forma que a gente acaba se voltando muito para nossa militância, nosso espaço de onde a gente está. Só que nós não somos 1% de lésbicas que estamos dentro desse processo, então você imagina... o que é ser lésbica negra dentro de uma comunidade que tem tráfico de drogas? Essas facções umas aceitam, outras fingem que não veem e outras excluem. Nós ainda temos a milícia da qual vai depender se você vai poder ser lésbica ou não dentro daquela comunidade. Se for negra, ainda passamos pelo estupro corretivo... a gente que está na militância tem uma chance a mais de denunciar. Em contrapartida, a gente conhece, vê no dia a dia lésbicas comuns na rua que vivem tranquilamente sua lesbianidade sem precisar estar com a bandeira, sem precisar estar em algum espaço.. então é como se fosse uma faca de dois gumes (Azaracá, 25/10/2010).

Azaracá apresenta o lugar da militância como privilegiado, uma vez que dentro de organizações é possível ter acesso aos diferentes recursos de proteção e informação. De certa forma, o exercício da busca de direitos e apropriação desses discursos faz parte do cotidiano, e com isso, da ação. Por outro lado, também nos ajuda a pensar até que ponto a exposição não às coloca como alvo de intolerância?

Na sua fala atribui outro elemento importante ao se tratar da lesbianidade no contexto das favelas cariocas e periferias entre o tráfico e a milícia. O **Jornal O Dia**, de setembro de 2009, publicou durante uma semana, reportagens onde a manchete anunciava: “Gays são caçados nas favelas do Rio pelo tráfico e pela milícia”. Entre depoimentos de gays e travestis, as lésbicas fazem também parte dessa estatística, sendo expulsas da localidade, violentadas ou sob ameaças. Em um dos depoimentos, uma lésbica dizia ter saído da favela onde morava, depois dela e da namorada serem ameaçadas de estupro.

Prado & Machado (2008) discorrendo sobre a manutenção das hierarquias sociais com base no preconceito e na discriminação, declaram que a hierarquia pode ser reconhecida como “... uma relação de opressão, desde que, para isso, esta relação seja tomada e reconhecida pela comparação social, como uma relação que oprime um dos atores do jogo” (Prado & Machado, 2008, p. 69).

Sobre essa questão, Azaracá aponta para duas realidades: lésbica masculina e negra pele escura:

Eu acho que pesa muito mais em algumas questões você ser negra. Questão de acesso e negra com agravante: cor de pele. A gente sabe que o racismo ele é mais contundente quanto mais preta for a sua negritude e a lesbianidade, a gente sabe que pesa mais quanto mais masculina você se apresenta dentro de uma sociedade heterossexista. Você não é excluída do seu núcleo familiar por ser negra, você pode ser excluída dentro da sua escola, mas não é expulsa por ser negra, você não é expulsa no seu templo de adoração por ser negra, então dependendo do contexto, lesbianidade pesa muito mais nas questões das exclusões e da negritude em relação aos afetos (...) Tudo vai depender do contexto, mas com certeza, tudo que é preto vai sofrer mais. A lésbica negra vai sofrer mais. Como uma mulher negra que podia estar rebolando, ganhando dinheiro vai estar com uma outra mulher?! (Azaracá, 25/10/2010).

A partir da década de 1970, a categoria cor foi reintroduzida no Censo do IBGE através de duas matizes: preta e parda. Azaracá ao evocar a cor da pele como agravante, se aproxima da afirmação de Gomes (2008) quando articula as características do corpo negro com a cor da pele e o cabelo com ascensão e pertencimento a um grupo que abarca privilégios ao se aproximarem do padrão branco. Podemos entender no depoimento de Azaracá que à medida que a cor e os signos da lesbianidade se tornarem mais evidentes, o racismo e a lesbianidade se fazem mais contundentes.

Neusa, nessa questão, sinalizou que as negras são afetadas pelo racismo, mas para ela, tanto negras quanto brancas são vítimas e passam pelo mesmo processo de invisibilização.

Eu não gosto de colocar peso não porque você pode estar sendo cruel com as companheiras lésbicas brancas (...). A perda de direitos é de branca e é de negra. Também tem outras questões como de classe, por exemplo. Ninguém coloca um filho para fora de casa porque ele é branco ou porque ele é negro, mas bota porque ele é gay seja branco ou negro (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

A lesbofobia<sup>33</sup> tem ganhado espaço nas redes sociais como a Internet por exemplo. O caráter anônimo da rede, ainda que ilusório, dá a agressores a confiança de que não serão descobertos ao destilarem seus preconceitos<sup>34</sup>. Algumas comunidades virtuais vêm disseminando a ideia do “estupro corretivo ou terapêutico” como medida educativa para “salvar” as lésbicas. A denúncia feita pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SMP), em março deste de 2010, foi enviada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, e ao Diretor Geral da Polícia Federal, para ciência e possíveis providências. A Coordenadoria do Grupo de Combate aos Crimes

<sup>33</sup> Manifestação de violência, frente a um modo de comportamento sexual, considerado “diferente”, são todas as formas de opressão sofrida por mulheres lésbicas (mulher que se relaciona afetivamente e sexualmente com outra mulher) e bissexuais.

<sup>34</sup> Revista **Fórum** nº 94, janeiro de 2011, p. 6-12.

Cibernéticos enviou ao Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo uma sugestão de que a Google Brasil Internet Ltda. retirasse do ar a comunidade, mas que a totalidade de seu conteúdo fosse preservada a fim de que, mediante autorização judicial, pudessem ser requeridos os dados de acesso dos proprietários, moderadores e responsáveis por algumas postagens criminosas da comunidade.

No cotidiano, face à lesbofobia assume diferentes formas de atuar. No seu trabalho com jovens meninas, Dandalunda vai desvendando esse processo da violência, ora silenciosa, ora física e psicológica:

Quando as mulheres resolvem assim, andar de mãos dadas, beijar, essas são mais passíveis de sofrer o processo de lesbofobia; as que são mais masculinizadas... a gente tem casos de adolescentes aqui, que sofreram lesbofobia mesmo: de apanhar, de ser agredida na rua. Uma contou: “Eu estava com uma menina que não quis ficar com um cara, então eles se juntaram e meteram a porrada na gente”... Esse processo de lesbofobia vai acontecer no momento em que essa mulher se expõe, no momento em que elas estão na rua. A gente tem muita lesbofobia no âmbito familiar porque a mulher lésbica ela é mulher... a gente jamais pode esquecer que essa lésbica é uma mulher, porque ela cresceu enquanto mulher. Então, todos os estigmas da mulher, da repressão sexual, da repressão dentro de casa de abaixar a cabeça, de submissão... veio com ela. Veio antes, não tem jeito. Tem muito pai que xinga filha, que bate na filha, tem casos aqui de mães que deixaram filhos trancados para não saírem, porque não queria que a filha se encontrasse com a namorada. O âmbito familiar com a lesbofobia é muito grande. Tem sempre aquele caso daquela tia solteirona: ela é a madrinha, ela que tem que cuidar da mãe, ela tem que dar o melhor presente. Eu já ouvi situações assim: “olha você compra essa lista toda de material...” e a pessoa compra, ou “paga a natação dele” e a pessoa paga. O que é isso? Você não tem vida? “Você fica aí com minha mãe porque você não tem marido..” E a companheira? E a vida pessoal? O âmbito familiar é cruel. Se fala pouco desse processo de lesbofobia porque tem a ver com a questão da mulher e a mulher também fala pouco sobre isso. Ela tem vergonha. Ela tem vergonha, por exemplo, de dizer que apanhou da companheira (Dandalunda, 09/09/2010).

O cotidiano das relações familiares também é destacado por Azaracá que mostra como a lesbofobia pode ser traduzida numa modalidade de violência quase imperceptível entre um discurso e outro ou uma ação:

Quantas vezes a gente tem que pagar plano de saúde de afilhados, de neto, comprar sandália Rider para o pai, faca elétrica para mãe, virar madrinha e mandar os afilhados para a Disney, pra aula disso, pra aula daquilo e pra gente sobra quase nem poder circular livremente dentro de casa? (Azaracá, 25/10/2010).

O estupro corretivo já mencionado no início desse capítulo, hoje ganha proporções de reconhecimento dessa forma de violência pelo próprio movimento de lésbicas, Neusa de Xangô lembra que nem sempre foi assim:

Tem uma companheira nossa que viveu um estupro corretivo e ficou grávida. Isso ocorreu há cerca de 25, 30 anos atrás e ela sofreu muito sozinha porque o próprio movimento não tinha muita noção do que era e acharam que ela era uma lésbica traidora da causa porque apareceu grávida... Foi um sofrimento isolado que muitas de nós passamos e sofremos sem poder falar (Neusa de Xangô, 25/10/2010).

Muitos jovens gays e lésbicas sofrem desta violência dentro da própria família, onde o estupro acontece sendo praticado por primos, tios, irmãos, padrinhos, vizinhos. Além de ridicularizarem a vítima, a violência pode ser cometida por vários homens ao mesmo tempo a fim de fazê-las desistirem de ser lésbicas e cederem à heteronormatividade.

Neusa ainda observa um fato ocorrido de lesbofobia dentro do âmbito familiar tendo como desfecho a fatalidade:

Nós temos um caso de morte também... Uma menina que era lésbica e o irmão chegou em casa e encontrou ela em casa namorando. Aí o irmão matou a outra com a irmã. Ele ficou com raiva, deu dois tiros na outra... aí aparece assim: “assassinada sapatão”. Existem muitos casos terríveis! (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

Assim como a homofobia, a lesbofobia funciona como um mecanismo de controle sexual e ordem social. No dia a dia inúmeras experiências de opressão, preconceito e discriminação ocorrem. Alguns meios de comunicação divulgam quando há uma pressão social do movimento LGBT para que não naturalize, inferiorize ou legitime tais ocorrências. Contudo, isso ainda parece ser uma pequena ponta do *iceberg*, pois o silêncio imposto gera uma invisibilidade e com isso a falta de dados escamoteia a realidade.

## 4.2

### “A falta de dados é um dado”: a invisibilidade da violência

A pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, realizada em 2008-09 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo apurou que a dificuldade para se obter dados abrangentes sobre a população LGBT no Brasil decorre ainda do próprio preconceito e estigma a que

seus membros estão sujeitos. O ocultamento das identidades reforça a invisibilidade dos dados que se transforma num mecanismo perverso atingindo todas as dimensões humanas.

Através de dados quantitativos buscou-se mensurar tanto indicadores objetivos de práticas discriminatórias em razão da orientação sexual, quanto percepções sobre o fenômeno e manifestações diretas e indiretas de atitudes preconceituosas. Com base nos dados coletados sobre a existência ou não de preconceito contra pessoas LGBT no Brasil, a pesquisa revelou que 73% da população acreditam que existe muito preconceito contra travestis; 71% contra transexuais; 70% contra gays; 69% contra lésbicas e 64% contra bissexuais. Ao serem perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitem ter preconceito contra travestis; 28% contra transexuais; 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays. Chama a atenção nesses resultados a contradição de opiniões em relação aos gays, às lésbicas e aos bissexuais. Ao confirmar a existência do preconceito externo, os indicadores apontam uma rejeição maior aos gays, ao contrário da autodeclaração que aponta um índice maior de preconceito em relação às lésbicas e aos bissexuais.

Ainda sobre essa questão, a pesquisa chama a atenção para as taxas relativamente elevadas de pessoas que admitem ter preconceito contra pessoas LGBT em comparação aos resultados das pesquisas de Idosos no Brasil (2006) e de Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil (2003). A hipótese previamente explicada sobre esse resultado baseia-se na disseminação de piadas e sua aceitação social. Menos criticado socialmente, a natureza da identidade sexual vista como “opção” ou “preferência”, em contraste com as identidades “raciais” e/ou “etérias”, que de modo evidente, independem das escolhas individuais e, conseqüentemente, seria mais incorreto discriminá-las.

Pereira (2008) denomina os níveis de homofobia a partir do pensamento de Evan Black que caracteriza como: homofobia imediata, homofobia velada e homofobia internalizada. A autora e outros autores utilizam o termo “homofobia” para denominar toda ação preconceituosa e discriminatória a partir da orientação sexual. Apesar de em alguns momentos, essa pesquisa utilizar o termo, nosso interesse aqui é chamar de lesbofobia as práticas violentas sofridas por mulheres lésbicas. Essa é uma categoria política que os movimentos vêm buscando evidenciar e chamar atenção para as especificidades e a saída da invisibilidade dos sujeitos homossexuais que passam por tais situações de Lesbofobia, Transfobia e Homofobia.

No caso da existência lésbica, a intolerância destes veículos revelou-se de maneira mais contundente. Através de séculos essa temática repousou no silêncio, na invisibilidade, não sendo mencionada. Certamente a omissão desse assunto não foi por ingenuidade ou esquecimento. Ocultar a existência lésbica consiste na negação de sua subjetividade e na minimização de suas demandas.

As lésbicas são invisibilizadas por desejarem sexualmente outras mulheres, contradizendo a ordem androcêntrica e heterossexual de uma sociedade que determina que as mulheres devem estar disponíveis para atender aos desejos dos homens. A heterossexualidade imperante se baseia nas desigualdades de gênero e na regulação sexual e tem sido imposta para as mulheres através da família, da escola, dos meios de comunicação e da agressão física ou psíquica.

Entre os anos de 2003 e 2008, o CLAM promoveu a aplicação de questionários (*surveys*) durante as Paradas do Orgulho LGBT em cinco capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belém do Pará. Avaliando as experiências de discriminação, a pesquisa constatou que, de um modo geral, os homens tendem a ser mais discriminados do que as mulheres em locais como, comércio, locais de lazer, delegacias, tentar uma vaga de emprego. Porém, no convívio familiar as mulheres relataram mais experiências de discriminação.

Segundo o movimento de lésbicas e os *sites* de relacionamento, a internet vem sendo um espaço utilizado para formar comunidades que incitam o preconceito e tratamentos terapêuticos a fim de “curar” a lesbianidade. Casos mais extremos apareciam em comunidades que traziam nos seus fóruns discussões discriminatórias de cunho racista, machista e lesbofóbica. O *website* Ciranda Brasil publicou na sua página, em agosto de 2010, uma discussão virtual de um grupo que defendia o estupro terapêutico. Assim descreve:

De acordo com depoimento de um ex-integrante, o grupo ia a locais frequentados por homossexuais e atraía uma vítima para uma emboscada. De lá, a levavam à base do grupo, onde a vítima era obrigada a manter relações sexuais com uma pessoa do sexo oposto a fim de “corrigir” sua orientação sexual.<sup>35</sup>

Sobre os dados invisíveis da violência contra lésbicas, Ilnar declara:

---

<sup>35</sup> <http://www.ciranda.net/brasil/article/lesbofobia-na-internet>. Acesso em 02 .02.2011

Dados de lésbicas são raros, na saúde, na segurança, na educação. Com diz Jurema Werneck “a falta de dados já é um dado”. É um dado de invisibilidade, de interesse político e não existem dados talvez porque não existam notificações. Não se oportuniza a questão da declaração da sua orientação sexual. Existe violência. Sabe que existem grupos que detectam isso, trabalham com isso, recebem denúncias sobre isso, mas não existem dados notificados, quantificados sobre isso (Ilmar, 25/10/2010).

O programa **Fantástico**, da Rede Globo de televisão, do dia 09 de janeiro de 2011 apresentou uma reportagem sobre a intolerância por ordem sexual. Vem-se observando que o número de crimes e práticas em função do ódio a homossexuais cresce apesar de algumas iniciativas de governos locais e da atuação intensiva dos movimentos. No Rio de Janeiro, segundo a reportagem, é o único estado com uma estatística oficial. Contabilizou até agora 378 casos de homofobia em 2010.

A homofobia velada segundo Pereira (2008) é aquela traduzida como a recusa a ouvir e valorizar as experiências LGBT. Com grande frequência, aparece atrás de um discurso dócil ou “convite persistente para que a pessoa homossexual siga um estilo de vida mais heterossexual.” Denilson Lopes ressalta que o preconceito se expressa na sociedade pela ridicularização e pelas violências. Na política, ao ser considerado um tema menor diante das transformações conduzidas pelos partidos e pelos sindicatos; bem como na universidade, ao não legitimar estes estudos em pé de igualdade com correntes de pensamento mais tradicionais.

O fato de ser lésbica torna as mulheres homossexuais ainda mais vulneráveis às diversas formas de violências cometidas contra as mulheres. O “mito do silêncio” ganha força a partir do momento em que essa oposição – normal e contra a natureza – no campo da sexualidade dita uma regularização das práticas sexuais. Silencia-se o sexo e a sexualidade, omite-se a violência e por estar contida numa relação de poder, o controle do corpo se torna o alvo da sociedade. A heterossexualização imposta ao corpo lésbico constitui essa invisibilidade e silenciamento vinda de instrumentos tão poderosos que adentram na domesticação do corpo, nas práticas de ensino, na punição. O medo é um elemento comum e daí é compreensível entender o abismo que há entre as denúncias da violência e a visibilidade da homossexualidade. Se o silêncio invisibiliza os dados, a exposição não raras vezes, pune. E nesta dupla tensão, o “outro” ainda se torna tutor dos passos alheios.

### 4.3

#### **Aqui nos aceitam? O encontro com as religiões de matrizes africanas**

Não é nossa intenção nessa pesquisa adentrar na discussão religiosa, mas nos chamou atenção a presença da participação das entrevistadas em práticas religiosas de matrizes africanas com algumas migrações do cristianismo. A religião assumiu para si uma responsabilidade de controle do corpo para além do “zelo espiritual”. Os discursos proferidos hoje em torno da homossexualidade vêm ganhando espaços na mídia, nos programas noturnos da televisão ou em discursos políticos como presenciamos recentemente nas eleições para Presidente, onde a bancada religiosa formada por católicos e evangélicos com grande representatividade na sociedade polemizaram temas como o aborto e direitos homossexuais.

Por estarmos discorrendo sobre preconceito e discriminação, os espaços religiosos cristãos aparecem na fala do movimento LGBT como um dos grandes desafios na busca de direitos e nos impasses em torno da criminalização da homofobia. Nos discursos religiosos, como cita Rodrigues (2004, p. 157), os homossexuais —compreendendo aqui gays, lésbicas, travestis, transexuais— são vítimas desses posicionamentos, transformados em excluídos dos excluídos, que muitas vezes, no auge de seu sofrimento e angústia, não se deparam com quem lhes conforte.

Lima (2006) no seu artigo “Homossexualidade e Igreja Católica” reflete a partir das tensões que se instala entre o movimento homossexual e a Igreja. Entendendo que o discurso proferido por essa instituição religiosa e seus membros se baseia num passado onde a tradição judaico-cristã se alimenta da concepção de lei natural.

Natividade & Oliveira (2008) discorrem pelo viés do pentecostalismo e afirmam que para esse segmento religioso, o homossexualismo é visto como uma prática contingente e moralmente condenável. Esses discursos sustentados por conservadores “... subtraem a legitimidade às identidades LGBT e reivindicações por cidadania correlatas —insuflando pânicos morais que associam a diversidade sexual à pedofilia, à difusão de DST e à corrupção dos valores cristãos da sociedade” (Natividade & Oliveira, 2008, p. 173).

Nessa direção, a idéia do pecado e do julgamento se apresentam na dianteira dos discursos das/os jovens homossexuais que vivenciam ou vivenciaram uma trajetória religiosa cristã.

Dandalunda explicita bem essa concepção de pecado ao dizer:

Eu era católica, eu fui criada na Igreja Católica. Batizada, comungada, crismada, participante de grupo de oração, renovação carismática, participei de comunidade de vida, ministério de música e tudo que teve na igreja. Eu coordenei, tive enfiada até o último fio de cabelo e tinha essa coisa do chamado pecado, não é certo e tal... (Dandalunda, 09/09/2010).

Apesar de não aprofundar com Dandalunda sobre sua relação com a Igreja, a homossexualidade e o Candomblé, ela nos conta que deixou a igreja e a comunidade de vida quando inicia sua vivência homossexual. Há uma grande tensão entre a homossexualidade e o universo cristão. No que diz respeito à Igreja Católica, alguns documentos tratam da questão da homossexualidade. Os discursos permeiam em torno do comportamento homossexual e, conseqüentemente, se esbarra no sujeito.

Em um dos parágrafos da Carta sobre o atendimento das pessoas homossexuais datada de 1986 o Vaticano declara:

... a particular inclinação da pessoa homossexual, apesar de não ser em si mesma um pecado, constitui um comportamento intrinsecamente mau do ponto de vista moral. Por este motivo, a própria inclinação deve ser considerada como objetivamente desordenada.<sup>36</sup>

Nos tempos atuais essa visão é chamada de criacionista, pois entende o sexo como motivo do companheirismo e da reprodução, existindo só em virtude de certa complementariedade entre o homem e a mulher. Ela sustenta que nenhum outro modelo de vivência sexual pode ser natural ou moralmente aceitável. Portanto, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo são vistas como imorais. Baseado em textos de São Tomás de Aquino "... a ordem natural foi fixada por Deus e sua violação constitui uma ofensa ao Criador, que é mais grave do que uma ofensa feita ao próximo" (Reck, 2008).

Jurkewicz no artigo "Cristianismo e homossexualidade"<sup>37</sup> descreve que entre os séculos VII e XI, encontra-se na literatura da Igreja Católica um guia penitencial para sacerdotes e fieis sobre a gravidade dos pecados cometidos. É nos chamados Penitenciais que aparece e distingue-se pela primeira vez as

<sup>36</sup> Cf. Valle (2006) no artigo "A Igreja Católica ante a Homossexualidade: ênfases e deslocamentos de posições.

<sup>37</sup> [www.rizoma.ufsc.br/pdfs/regina.pdf](http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/regina.pdf) . Acesso em 13/02/2011.

diferentes formas de atos homossexuais, tais como: toques, afetos, masturbação, homossexualidade ativa e passiva, habitual e ocasional. A homossexualidade é julgada como pecado grave e as penas e penas eclesiais oscilam entre três e 15 anos, sendo que para clérigos e monges são mais rigorosas que para leigos. Neste contexto, cita-se também pela primeira vez a homossexualidade feminina e sua penalidade é inferior à masculina.

Ciente da homossexualidade no ambiente familiar, muitas famílias tomam por atitude buscar diversas soluções religiosas a fim de afastar o ‘mal’ que tende a desestruturar a imagem familiar, acreditando assim que o desejo homossexual é passível de mudança. No caso do pentecostalismo, a sexualidade não-heterossexual são vistas como aberração, pecado, possessão demoníaca, anormalidade, o que vai contra a Palavra de Deus.

Natividade (2006) no seu artigo “Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas” elucida alguns discursos em torno da homossexualidade, onde a prática é vista como uma artimanha do diabo. O pecado sexual é perpetrado por indivíduos que tem o diabo no corpo ou que estão sob a influência de pombas-gira e outros exus. As práticas de cura da homossexualidade através de círculos de oração, cultos de libertação ou pregações de “ex-homossexuais” se traduzem em ações homofóbicas pastorais<sup>38</sup>.

Azaracá traz na sua história pessoal e familiar heranças de religiões de matriz africana e a transição para o catolicismo. Sua experiência ilustra o que mencionamos no parágrafo anterior:

A geração anterior a da minha mãe era de religião de matriz africana. Com o processo de embranquecimento que minha mãe sofre a geração dela nega essa questão e se torna adepta do catolicismo.... porque católico todo mundo pode ser né? Católico vai pra tudo enquanto é canto... vai para o terreiro, faz aborto e tá tudo bem. Aí eu comecei a frequentar a igreja, aí quando ela percebe que eu sou lésbica ela me leva pra o centro espírita. Aí o centro espírita diz que eu estou com um obsessor, aí o centro não deu jeito... Vamos pra umbanda pra fazer trabalho pra pomba-gira que era pra botar homem na minha vida e também não deu... (Azaracá, 25/10/2010).

Esse processo vivido por ela também se refere à homofobia. Ainda que essas tentativas familiares não estejam no discernimento como práticas homofóbicas, a imposição pela mudança e “ajustamento” para uma sexualidade

<sup>38</sup> Natividade (2008) usa a expressão para designar práticas religiosas que pretende eliminar essa ‘marca’ por meio de libertação, cura ou terapias.

entendida como “normal”, “correta”, “ideal” implica num conjunto de significados que direta ou indiretamente, culpabilizando o/a homossexual por “sua escolha” e os revezes da vida.

É como se todas as tentativas para a salvação fossem dadas, mas uma recusa pessoal impedisse tal feito. Em relação à lesbianidade e religião, Azaracá fala com orgulho do seu encontro com a religião de matriz africana agora numa prática de encontro e prazer:

Eu descobri o candomblé. Hoje sou iniciada e tem 27 anos e o que me levou foi a minha homossexualidade porque foi aonde eu vi que podia adorar Deuses e Deusas sem ter recriminação (Azaracá, 25/10/2010).

Se por um lado, as religiões cristãs pregam uma abominação frente à homossexualidade o que causa o afastamento de muitos jovens, são nos cultos de matrizes africanas que se encontram um número significativo de homossexuais que vivem uma prática religiosa.

Conforme Luiz Mott em entrevista publicada na extinta Revista **G Magazine**<sup>39</sup> existem três grupos de religiões: a) as radicalmente hostis; b) as indiferentes; c) as favoráveis à homossexualidade. Para Santos (2008) o preconceito e a discriminação se encontram disseminados, explícita ou dissimuladamente, em todos os lugares e religiões. Contudo, se comparado com outras crenças, o candomblé tem se mostrado mais aberto aos homossexuais, permitindo-lhes ocupar todos os postos previstos na hierarquia ritual.

Nos cultos dos orixás da África Ocidental, já existia a tradição de considerar como não-desviantes muitos aspectos da homossexualidade. O autor que fez sua dissertação em torno de estudos sobre gênero e sexualidade nas religiões de matrizes africanas, apresenta os significados para essa expressiva participação de homossexuais nos terreiros de umbanda e candomblé e as respectivas relações entre a sexualidade e o sagrado.

As designações afro-religiosas, segundo Santos, se afastam das religiões radicalmente hostis em virtude da ausência da noção de culpa e de pecado. Daí, que o candomblé tornou-se ao longo das últimas décadas, um espaço religioso onde se verifica a expressiva participação de homossexuais.

Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha com participantes da Parada do Orgulho Gay de São Paulo em 2005 revelou que do total de 303 entrevistados

---

<sup>39</sup> Disponível em <<http://geocities.yahoo.com.br/luizmottbr/entre6.html>>. Acesso em: 03.04.2011.

(apenas gays e lésbicas), 36% se disseram católicos; 19% espíritas; 18% sem religião; 4% evangélicos pentecostais. Juntas, candomblé, umbanda e “outras devoções afro-brasileiras” totalizaram seis por cento dos participantes (apenas gays e lésbicas) da Parada paulista. Já a pesquisa realizada com 600 participantes da 9ª Parada do Orgulho GLBT-Rio 2004 (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) mostrou que o número de católicos decresceu para 26% e o de evangélicos, para 5,2%. Já o número de espíritas e dos freqüentadores do candomblé ou da umbanda tende a aumentar, chegando a 12,7%, no primeiro caso, e a 10,2%, a escolha mais corriqueira pelas afro-brasileiras se deve ao preconceito, discriminação ou rejeição encontrada em outras denominações hostis às orientações não heterossexuais. Ainda que estejam entre as que menos discriminam o indivíduo por razões de preferência sexual, convém chamar atenção para as interpretações que apontam as comunidades-terreiro como o “paraíso” das minorias sexuais (Santos, 2008, p. 149-150)

O Babalorixá Mário Miranda entrevistado por Trevisan (2000) fala sobre a forte presença de homossexuais nos cultos de candomblé:

Como Oxumaré a gente adora o arco-iris, a natureza. Esse santo falando na cabeça de um homem, ele fica boneca: 6 meses mulher, 6 meses homem. Quando cai na cabeça de mulher, a mulher fica lésbica. Ela não gosta de homem, passa a gostar de mulher e as vezes ganha do homem pra sustentar a mulher. Esse Oxumaré é o protetor dos gays. Então eu acho que as casas de candomblé não podem botar um gay pra fora porque estão botando Oxumaré pra fora. É justamente o arco-iris (Trevisan, 2000, p. 486).

É notório esse encontro de homossexuais com as religiões de matrizes africanas uma vez que outras religiões mais difundidas como as pentecostais ou catolicismo apresentam discursos de negação da homossexualidade, produzindo desta forma os cultos ou homilias em um campo de batalha entre o “pecado” e o “sagrado”. Nesses locais, a homossexualidade não é aceita apesar dos discursos de “acolhimento” a todos. O preconceito e a discriminação se fazem fortes em evidência.

Apesar dos trabalhos e pesquisas se referirem sempre na homossexualidade masculina, sabemos que nas casas de candomblé e umbanda a homossexualidade feminina é aceita e bem frequentada por esses sujeitos. Como dito inicialmente que não é nosso foco adentrar por essas questões, mas fica um questionamento: Por que as lésbicas são invisíveis também nos espaços religiosos onde são aceitas? Estariam elas aqui também

oprimidas pelo poder do falo ainda que a feminilidade percorresse num corpo masculino?

Sem que se espere esgotar todas as reflexões e questionamentos, consideramos que a mulher lésbica ocupa espaços diferenciados mesmo em locais onde a homossexualidade é vivenciada sem restrições. Buscamos aqui fazer um contraponto em torno do preconceito e da discriminação a partir do campo religioso. Apesar de encontrarmos nas falas e apresentações das entrevistadas suas inserções nos cultos e práticas de matrizes africanas, sem restrições devido a orientação sexual, a invisibilidade parece também estar presente nesses locais. “A visibilidade é a resposta mais adequada a uma subalternidade que se constrói ao se tornar invisível” (Prado & Machado, 2008, p. 25).

Como diz o cantor e compositor Belchior “... é caminhando que se faz o caminho” e nessa perspectiva, essas mulheres negras lésbicas percorrem uma estrada que parece não ter fim, convivendo no dia-a-dia com o racismo, a lesbofobia, o machismo e os múltiplos “ismos”. Aqui, sem crenças em milagres ou extinção do preconceito e da discriminação, elas apontam pistas para um novo começo de gerações futuras.

#### 4.4 Uma longa estrada... e alguns passos

No novo tempo, apesar dos perigos  
Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta  
Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver...  
Pra que nossa esperança seja mais que a vingança  
Seja sempre um caminho que se deixa de herança...  
(Ivan Lins, **Novo tempo**, 1980).

A esperança de um novo tempo onde as diferenças não sejam representações da violência e da desigualdade é o ardente desejo de militantes, educadores, pessoas comuns, letradas ou não. De forma unânime, a educação apareceu na fala das entrevistadas como a base para uma nova consciência

onde as diferenças sejam respeitadas e não alimentadas pelo ódio e eliminação do outro. Ao enunciar educação, queremos aqui abrir todas as possibilidades de práticas educativas formais ou não formais que se fundamentam na prática dialógica, na construção do saber, na transformação pessoal e coletiva dos sujeitos na busca de mudanças da realidade a qual vivemos.

Pergunto à Dandalunda qual o seu posicionamento frente ao preconceito e a discriminação e se seria possível apontar algumas pistas para contribuir nessa pesquisa e reflexão. Sempre bem disposta e envolvida em cada perguntada que é desafiada a refletir sinaliza:

Primeiro conscientização dessa própria lésbica. A gente tem que romper com esse silêncio que não é fácil.. De conscientização da sociedade como um todo... Falta trabalhar nessa sociedade essa naturalidade da orientação sexual, cada um tem a sua. Eu acho que tem que começar também no âmbito da educação... educação e diversidade sexual na escola... Tem que falar dentro da escola é fundamental (Dandalunda 09/09/2010).

A pista apresentada pela primeira entrevistada é muito interessante, uma vez que ela entende que o primeiro passo parte de “dentro para fora”, ou seja, o processo de mudança inicia com o sujeito discriminado. É um sair do campo da vitimização passando para o empoderamento. A quebra do silêncio é outro componente importante, pois acredita que ao ultrapassar a barreira do invisível se aproxima dessa mudança. Lembra assim da situação de violência vivida pelas mulheres encoberta sob o velho ditado “... em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Prado & Machado (2008) vão afirmar que um elemento intrínseco ao preconceito sexual é a prática do silêncio e da dissimulação. Aqui aparece o primeiro destaque para a escola como um espaço da diversidade e conseqüente é onde a desconstrução dos mitos em torno da sexualidade e das diferenças encontram terreno fértil para o diálogo.

Azaracá é mais enfática e de modo firme, voz autêntica demonstra o descrédito frente às instituições que seriam responsáveis para iniciar essa conscientização e mudança:

Eu não acredito em diminuição do preconceito, eu não acredito que a pessoa vai deixar de ser racista, eu não acredito que a pessoa vai deixar de ser lesbofóbica, eu acredito que ela talvez não vá exercer tanto a sua lesbofobia e o seu racismo. Eu acredito até que ela possa rever os seus conceitos. Por mais capacitação, até por mais desgraça que passe na vida, mas não vai deixar de ser. Eu não acredito. Pode ir para igreja, ir para qualquer canto... eu acho que vai ser mais tolerante, mas eu não acredito que o movimento social vai dar conta disso. Eu não acredito que políticas públicas vão dar conta disso. Eu acredito na criação de políticas públicas que sejam punitivas e educativas venham dar conta disso. Porque pra

quem já está intelectualmente formado vai ter que ser punido e quem está começando tem que ser educado. Então a gente tem que ter uma educação não racista, não homofóbica na escola e mesmo assim corre-se o risco de aprender uma coisa na escola e ser desconstruído quando chegar em casa. A gente conseguiu em diversos estados e municípios com leis anti-discriminatórias, mas a gente não consegue colocar um “cumpra-se!” (Azaracá, 25/10/2010).

O sentimento e a observação de Azaracá frente à efetivação de uma lei é bastante significativo e relevante, uma vez que não basta ter leis se não ocorrer uma adesão de toda a sociedade para tal fim. Ela complementa exemplificando:

Se eu for beijar minha companheira aqui –se refere ao bar onde estamos sentadas– eu corro o risco de ser expulsa porque tem uma lei que proíbe a homofobia dentro de estabelecimentos públicos, mas não tem o cumpra-s!. Essa lei tem mais de dez anos e ela não é usada porque ainda não tem o cumpra-se... Aquele papelzinho que se coloca na parede como aquele que é para não vender bebida para menores, o disque denúncia de abuso sexual... É só isso que está faltando. É botar o papel na parede. O Brasil tem leis maravilhosas, agora fazer cumprir essas leis, fazer com que nós que temos direitos realmente ter direitos, isso é complicado (Azaracá, 25/10/2010).

Ilmar também fala da educação como caminho de mudança e transformação de modo muito significativo, mas aponta as políticas públicas um outro caminho:

Todos os caminhos que levam a mudança de comportamento da sociedade. Esses caminhos podem ser através das políticas públicas mesmo, através da educação, da educação principalmente porque é o caminho. Tanto é o caminho da sua construção de vida como é o caminho desse comportamento da mudança social. Uma educação que leva em consideração a diversidade, leve a diversidade das pessoas, das vontades políticas que promovam a mudança de comportamento da sociedade. Dizer que o racismo vai ser extinto, que a lesbofobia vai ser extinta, jamais! Mas que amenizem (Ilmar, 25/10/2010).

Neusa fala da educação com algo importante, no entanto expande para a questão da laicidade do Estado Brasileiro:

O mais importante para gente hoje enquanto movimento, qualquer que seja o movimento é lutar por um estado laico de fato e que esteja na área pública de trabalho, nos serviços públicos... um Estado onde voce não entre e veja uma cruz pendurada, não tenha uma bíblia e que o funcionalismo público desse país aprenda que quando ele está lidando com uma pessoa ele está lidando com uma pessoa de qualquer religião e não da religião dele (Neusa de Xangô, 10/10/2010).

O movimento homossexual brasileiro elenca algumas conquistas, principalmente a partir do Programa Brasil sem Homofobia<sup>40</sup>. O objetivo do Programa é promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e

<sup>40</sup> BSH sigla que faz referência ao Programa Brasil sem Homofobia.

bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. Neste sentido, aponta várias linhas de ação onde visa promover a cidadania e direitos homossexuais no que tange o combate à violência e ao racismo, o direito à saúde, ao trabalho, à segurança, à uma educação de paz e a não-discriminação por orientação sexual.

O Programa é citado como um instrumento importante e suas ações servem como pista para a atuação e avanço no que diz respeito ao combate da homofobia e racismo, assim como outras áreas. No entanto, segundo nossas entrevistadas, o panorama do Programa não é igual em todo o país.

O BSH ele já está consolidado, mas as ações dele ainda estão muito difusas. Temos o Rio sem Homofobia e já foi implantado centro de referencia e já estão funcionando e os núcleos de referencia alguns bairros e regiões do rio de janeiro. Ações também depende da vontade política, muito grande dos governantes implantarem essas ações ... as ações tanto do BSH como o RSH foram construídas pelos movimentos de gays, lésbicas, de travestis e de transexuais (Ilnar, 25/10/2010).

Dandalunda aponta outro panorama:

Está caminhando... e a gente sabe que o BSH ele foi implementado em alguns estados, por exemplo, aqui no Rio ele foi implementado mas está caminhando com muito esforço e acaba a gente tendo algumas vantagens aqui no Rio de Janeiro porque a gente tem um superintendente um gay, algumas pessoas do movimento que acaba cobrando do governo, acaba cobrando do prefeito... A gente tem outros estados em que o negócio está totalmente parado, sequer deram atenção ao movimento, até porque se esse movimento não fizer pressão ele fica lá. o que foi na verdade pautado dentro do BSH, dentro da conferencia, dentro do fórum só vai ser implementado se o movimento fizer pressão (Dandalunda, 09/09/2010).

Neusa observa um impacto diferenciado sob as identidades sexuais:

O que vem acontecendo hoje, eu acho, que mais para as outras letras que para a letra L. A discussão dos gêneros são multidimensionais, a que gera um cabem todos os tipos de gênero, é um infinito... mas nós voltamos a essa coisa do masculino e feminino e isso está muito ruim dentro do movimento LGBT. Por quê? Quem são os masculinos? Os gays. Quem são os femininos? As lésbicas, as bissexuais, as transexuais, as travestis, as drag queens etc... Nenhum segmento que se dizia feminino, na verdade não é, ele tem toda uma ideologia voltada para o falocrático (Neusa de Xangô, 10/09/2010).

A partir da fala das entrevistadas, o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) tem sua importância por ser o primeiro programa de governo no âmbito de política nacional que visou o combate à homofobia e à discriminação apoiado em

cinquenta e três ações apresentadas a partir das principais demandas da população LGBT.

... o objetivo do Programa é um tanto pretencioso se levarmos em consideração que o preconceito contra homossexuais está enraizado há séculos em nossa sociedade judaico-cristã e que figura em nossa sociedade capitalista a imagem do sujeito ideal centrado na figura do homem branco, classe média, heterossexual, pai de família (Rossi, 2010, p. 94).

Outra questão a ser destacada é o papel da educação e investimentos em políticas de combate ao preconceito e a intolerância. Os debates que hoje vem acontecendo em diversos espaços da sociedade apontam e abordam algumas iniciativas e estratégias de enfrentamento do preconceito, da discriminação e de diferentes formas de violência. O que vem sendo feito através de programas escolares, cursos, seminários causam efeito ainda que a longo prazo. Como evidencia uma das entrevistadas, o racismo, a homofobia, o machismo, a misoginia todos são ideológicos e conseqüentemente estruturais, a partir daí, talvez seja hora de repensarmos a nossa luta para além do viés da exclusão e das desigualdades, mas de um lugar de igualdade ainda que ela se mostre diferente.

No capítulo seguinte, abordaremos o Serviço Social e o trabalho do assistente social pensando nessa proposta de olhar para um horizonte que começa bem diante dos nossos olhos. Problematizar e repensar os espaços de formação como um local de constante transformação intrínseca e extrínseca acompanhando a especificidade do movimento que a sociedade demanda. Dos seus sujeitos e dos seus significados.